

‘A opressão de gênero é o pilar fundamental para todas as opressões’, diz antropóloga Rita Segato

Com anos de atraso, chega ao país a obra de intelectual argentina que inspirou hino feminista chileno famoso em todo o mundo, é professora emérita da UnB e redigiu primeira proposta de cotas numa universidade brasileira

[\(O Globo | 15/09/2021 | Por Leda Antunes\)](#)

Depois de uma espera descrita pela própria autora como “assombrosa”, a obra da antropóloga argentina Rita Segato, 70 anos, finalmente chega às livrarias brasileiras. A editora Bazar do Tempo irá lançar os livros da pesquisadora e docente, que atuou no país por 35 anos, ao longo dos próximos meses, começando agora por “Crítica da colonialidade em oito ensaios”, publicado em espanhol em 2013.

Este livro, segundo Segato, professora emérita da Universidade de Brasília (UnB), tem o público brasileiro como “destinatário natural” porque foi escrito enquanto ela atuava no país e trata de mulheres indígenas, relações raciais, racismo na sociedade e na Academia, entre outros temas.

Coautora de uma das primeiras propostas de cotas raciais no ensino superior brasileiro, Segato se tornou uma referência para o movimento feminista latino-americano, máxima expressa na canção-protesto “Um violador em seu caminho”, criada pelo coletivo chileno LasTesis. Depois de a performance ganhar o mundo em 2019, as ativistas explicaram que a base teórica para suas denúncias eram os conceitos desenvolvidos pela antropóloga sobre violência de gênero.

Em entrevista exclusiva ao GLOBO, ela afirma que a era do patriarcado está no fim e que a prova disso é a reação de grupos fundamentalistas religiosos e

de conservadores contra os avanços feministas ao redor do mundo:

— Eles, com sua impaciência em tentar nos barrar, estão dizendo que estamos no caminho certo e próximas do destino almejado.

[Acesse a matéria completa no site de origem](#)

Suprema Corte do México libera aborto. Médicos e enfermeiros vão acatar?

O que se aproxima agora é mais uma batalha sobre a possibilidade de os hospitais públicos serem obrigados a oferecer o procedimento

[\(Estadão | 14/09/2021 | Por Natalie Kitroeff e Oscar Lopez, The New York Times, O Estado de S.Paulo\)](#)

CIDADE DO MÉXICO - Assim que a enfermeira soube que ela havia abortado em casa, Fernanda García percebeu que corria perigo. A enfermeira começou a gritar que ela era uma criminosa, que o que ela tinha feito era errado, que ela seria mandada para a prisão.

“Ela me disse que eles iriam me denunciar, que eu enfrentaria acusações criminais”, disse García, que foi ao hospital no mês passado depois de sentir dores e sangramento. “Nunca me senti tão assustada na vida”.

Quando García tentou ir embora, ela disse que a equipe médica se recusou a devolver seus pertences. Disse que pegou suas coisas e saiu correndo, mas que ainda treme toda vez que a campanha toca, convencida de que a polícia está chegando para prendê-la. Ela diz que pensou em se matar muitas vezes desde então.

Agora, a **Suprema Corte do México** decidiu que **aborto** não é crime, estabelecendo um precedente nacional que coloca o país no caminho de se tornar a nação mais populosa da **América Latina** a permitir o procedimento. Nos últimos anos, milhares de pessoas enfrentaram investigações criminais por interromper a gravidez, e a decisão unânime do tribunal na semana passada deve permitir que todas as acusações sejam retiradas, disseram especialistas jurídicos.

[Acesse a matéria completa no site de origem](#)

Senado aprova distribuição gratuita de absorventes higiênicos femininos

Texto já passou pela Câmara e segue agora para sanção presidencial

[\(O Globo | 14/09/2021 | Por Julia Lindner\)](#)

BRASÍLIA - O Senado aprovou nesta terça-feira um projeto que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual e prevê a distribuição gratuita de absorventes higiênicos para mulheres em situação de vulnerabilidade social, através do Sistema Único de Saúde (SUS). Como já passou pela Câmara, a proposta segue agora para sanção presidencial.

De acordo com o texto, os beneficiários do programa são estudantes de baixa renda matriculadas em escolas da rede pública de ensino; mulheres em situação de rua ou em situação de vulnerabilidade social extrema; mulheres presidiárias e internadas em unidades para cumprimento de medida socioeducativa.

Relatório lançado pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) em

maio deste ano mostrou que cerca de 713 mil meninas brasileiras vivem sem acesso a banheiro ou chuveiro em seu domicílio e mais de 4 milhões não têm acesso a itens mínimos de cuidados menstruais nas escolas.

Em seu parecer, a relatora do projeto no Senado, Zenaide Maia (Pros-RN), também destacou que o Banco Mundial publicou um artigo, em 2020, lembrando que a pandemia da Covid-19 exacerbou os desafios enfrentados por milhões de mulheres e jovens na lida com suas necessidades menstruais desassistidas.

“Entendemos que é urgente e necessário aprovar a proposta originada na Câmara dos Deputados”, afirmou Zenaide. “Nosso voto, portanto, é pela aprovação do Projeto de Lei.”

[Acesse a matéria completa no site de origem](#)

Conheça os seus direitos antes, durante e depois do parto

[\(Baby Center | 13/09/2021 | Por Carolina Schwartz\)](#)

Ter uma gestação física e mentalmente saudável, no momento em que decidir ou acontecer, é o principal desejo de toda grávida. Para que isso ocorra, no entanto, são necessárias condições que vão além da própria vontade, como acesso a um [pré-natal](#) de qualidade, atendimento médico digno e tranquilidade no momento do parto e pós-parto, entre outras tantas coisas.

Para ajudar você a ter uma gravidez assim, destacamos a seguir alguns dos mais importantes direitos de toda grávida.

Direito ao pré-natal

A lei brasileira garante que toda mulher tenha assistência de [pré-natal](#) gratuita pelo SUS. Segundo as orientações do Ministério da Saúde, devem ser realizadas, no mínimo, seis consultas, começando já no primeiro trimestre. Na prática, o número de consultas tende a ser maior, especialmente a partir da 34ª semana de gestação.

O profissional de saúde que acompanha o pré-natal deve registrar os dados de cada consulta no Cartão ou Caderneta da Gestante e informá-la dos resultados e planos de tratamento, caso haja algum.

(Lei no 9.263/96 e Portaria no 569/00)

Direito a prevenção e tratamento de doenças

O pré-natal de toda grávida tem que incluir, além do acompanhamento clínico, uma série de testes e exames que ajudam a [prevenir malformações no bebê](#). Entre os exames de rotina estão os para detectar [sífilis](#), [HIV/Aids](#) e [toxoplasmose](#).

Se você ou seu parceiro têm [herpes](#), o tratamento também é garantido, assim como para uma série de outras doenças.

[Acesse a matéria completa no site de origem](#)

Talebã no Afeganistão: as novas regras para estudantes mulheres anunciadas pelo grupo fundamentalista

As universidades afegãs passarão a ser segregadas por gênero, e um novo código de vestimenta será adotado para as estudantes, segundo o Talebã,

grupo fundamentalista islâmico que tomou o poder no Afeganistão após a saída de tropas americanas do país.

[\(BBC News Brasil | 13/09/2021 | Por Redação\)](#)

O ministro do Ensino Superior, Abdul Baqi Haqqani, indicou que as mulheres teriam permissão para estudar, mas não próximas aos homens. Ele também anunciou uma revisão das disciplinas ministradas aos alunos.

O Talebã disse que não vai impedir que as mulheres recebam educação ou tenham empregos. Mas desde que assumiu o controle do Afeganistão, em 15 de agosto, o grupo determinou que todas as mulheres, exceto as do setor público de saúde, se afastassem do trabalho até que a “segurança do país” melhorasse.

O anúncio de mudanças no ensino superior ocorre um dia depois de o Talebã hastear sua bandeira no palácio presidencial, sinalizando o início de sua administração. A nova política educacional remete ao período em que comandou o país, de 1996 a 2001, ano em que foi derrubado pelos EUA por ligações com o grupo responsável pelos atentados de 11 de Setembro.

Mulheres e meninas foram banidas de escolas e universidades sob o governo do Talebã. Depois da queda do grupo, as alunas não tinham que obedecer a um código de vestimenta e as universidades eram mistas, com homens e mulheres estudando lado a lado.

Para o novo ministro do Ensino Superior, Abdul Baqi Haqqani, não haverá problemas em acabar com o sistema de ensino misto porque “as pessoas são muçulmanas e vão aceitar isso”.

[Acesse a matéria completa no site de origem](#)

Nota de pesar: Morre Lourdes Bandeira, uma das maiores referências do feminismo brasileiro

(Agência Patrícia Galvão, 13/09/2021) Com imenso pesar a equipe do Instituto Patrícia Galvão comunica o falecimento da professora Lourdes Maria Bandeira neste domingo (12), em Brasília, “devido a complicações de saúde após uma cirurgia no ombro”, segundo informou colegas.

Docente no Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), Lourdes Bandeira era uma das principais referências no Brasil em pesquisas sobre gênero e violência contra as mulheres.

Desde 2005, Lourdes era professora titular do Departamento de Sociologia da UnB, ensinando e orientando gerações em temas como gênero, feminismo e políticas públicas. No período de 2008 a 2011, Lourdes Bandeira foi secretária de Planejamento e Gestão, e de 2012 a 2015, secretária adjunta na Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República.

Saiba mais:

[Morre professora da UnB Lourdes Maria Bandeira neste domingo \(12/9\) \(Correio Braziliense, 13/09/2021\)](#)

[Morre professora da UnB Lourdes Maria Bandeira, conhecida por pesquisas sobre feminicídio e violência contra a mulher \(G1/DF, 13/09/2021\)](#)

Da direita à esquerda: mulheres enfrentam (e encaram) violência na política

Denúncias contra práticas violentas cujo objetivo é minar a mulher no ambiente político começam a se tornar mais frequentes, apesar de luta ainda ser longa

[\(Estado de Minas | 12/09/2021 | Por Larissa Ricci\)](#)

Danos psicológicos, importunação sexual, assédio... Crimes e agressões que ocorrem historicamente contra as mulheres no meio político, enfim, começam a ganhar compreensão na sociedade e denúncias formais no legislativo. O fim desse tipo de violência - presente da direita à esquerda - ainda está longe, mas cada vez menos elas se calam e as vozes dão dimensão ao problema estrutural. Em pleno 2021.

Imagine uma vereadora, em pleno exercício da função, durante uma votação, escutar de um colega que ela “tem tesão” nele. É repugnante até cogitar tal situação, mas o caso se tornou alvo de denúncia de importunação sexual, assédio moral e quebra de decoro na Câmara Municipal de Porto Alegre.

“Acabei de ouvir do vereador Alexandre Bobadra (PSL) que tenho ‘tesão’ nele, uma típica demonstração do machismo que nós mulheres somos submetidas”, escreveu a vereadora da capital gaúcha Bruna Rodrigues (PCdoB). “Que a Câmara de Vereadores é um espaço hostil às mulheres eu já sabia. Talvez alguns homens desse lugar é que não sabem que sou do tipo das que não leva desaforo pra casa. Medidas estão sendo tomadas”, finalizou, antes de protocolar a denúncia na Comissão de Ética da Câmara local.

[Acesse a matéria completa no site de origem](#)

América Latina confia nos tribunais para abrir caminho ao aborto

Despenalização da interrupção da gravidez no México insufla otimismo às feministas em uma região onde as mulheres ainda são presas e se arriscam a morrer por uma legislação punitiva

(El País | 12/09/2021 | Por Carmen Morán Breña e Almudena Barragán)

O dia 7 de setembro de 2021 será lembrado no México como [o dia em que se despenalizou o aborto](#), ou seja, o dia em que a Suprema Corte de Justiça da Nação sentenciou que nunca mais uma mulher pisaria na cadeia por ter interrompido sua gestação, e as que estavam dentro retomarão sua liberdade. Em breve serão vistas saindo à rua. São de 40 a 50 em um país de 126 milhões de habitantes, porque há um dado ainda pior: certamente são mais as que morrem tentando realizar o que os Estados as vêm negando por décadas.

No México são feitos por ano por volta de um milhão de abortos clandestinos e um terço deles acaba em complicações médicas. A taxa anual de hospitalizações por cada mil mulheres de 15 a 19 anos aumentou de 6,1 a 9,5 entre 2000 e 2010, segundo dados do Governo. A [Organização Mundial da Saúde \(OMS\)](#) calcula que 47.000 grávidas perdem a vida no mundo por ano como consequência de abortos inseguros. O México agora quer diminuir esses números. Geralmente, quando um Governo legisla e uma Suprema Corte sentencia é que a sociedade já está madura para isso. Mas as mexicanas olham hoje ao vizinho Estados Unidos, onde o Estado do Texas, do outro lado da fronteira, [acaba de implantar uma norma que praticamente proíbe o aborto](#). E não estão dispostas a baixar a guarda.

Na fronteira sul do país se estende toda a região latino-americana, que apresenta nesse assunto as mesmas desigualdades que o próprio México olhando Estado por Estado: somente quatro dos 32 que integram o país têm uma lei de prazos moderna (permitem interromper a gravidez nas 12

primeiras semanas de gestação) e agora, provavelmente, se somará Coahuila, sobre cujo Código Penal a Suprema Corte sentenciou para abolir a prisão, um caso que dá jurisprudência e obriga todos os juízes mexicanos a sentenciar em consequência.

Algo parecido ocorre na região. Enquanto a Argentina ondeou seus lenços verdes em dezembro de 2020 para saudar uma lei de prazos longamente pedida, o Chile ainda está no começo. O Equador também se viu beneficiado recentemente por seu sistema judicial, que despenalizou o aborto em caso de estupro enquanto em El Salvador as que tentaram e conseguiram parar sua gestação são presas em cadeias infectas. No Brasil, a interrupção da gravidez é relativamente comum, mas a legislação se mantém nas suposições clássicas: somente em caso de perigo à vida da mãe, quando o feto é anencefálico e no caso de estupro, informa Naiara Galarraga Gortázar. De todos eles, a Colômbia é o que mais esperançoso se mostrou com a sentença no México. Esperam um contágio em seu território, também pela via judicial, que deu sinais nos últimos tempos que pretende retirar o aborto do Código Penal, com algumas modificações.

[**Acesse a matéria completa no site de origem**](#)

“Somos sobreviventes”: deputadas vivenciam violência política de gênero na CCJ

Levantamento da UFPB mostra que parlamentares foram agredidas 26 vezes na Comissão, uma das mais importantes da Casa, em um ano

[**\(Metrópoles | 11/09/2021 | Por Leilane Menezes\)**](#)

Um homem ameaça suas colegas de trabalho de morte: “Vão dormir e

esqueçam de acordar!”. Outro interrompe-as frequentemente enquanto elas falam, e um terceiro chama-as de “loucas” e de “pessoas portadoras de vagina”. Essa violência verbal e psicológica faz parte do cotidiano das parlamentares na Câmara dos Deputados.

Pesquisadoras da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), lideradas pela doutora em ciência política Tássia Rabelo de Pinho, monitoram ocorrências de [violência política de gênero no Congresso Nacional](#). Dados preliminares do mais recente artigo elaborado pelo grupo detalham a animosidade contra deputadas na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados.

Só em 2019, houve 26 ocorrências de violência política de gênero nesse espaço. Tássia de Pinho usou o conceito cunhado pelas cientistas políticas Mona Lena Krook e Juliana Restrepo Sanín para tipificar as representações. A definição inclui “comportamentos que têm como alvo específico as mulheres que atuam politicamente, em sua condição de mulheres, e visa fazer com que estas abandonem a política ou sejam deslegitimadas aos olhos do público”.

Negação da fala e ridicularização do discurso, atos classificados como “machismo discursivo”, são alguns dos exemplos recorrentes.

“A escolha da CCJC foi motivada por sua relevância, somada ao expressivo incremento da presença feminina em seu primeiro mandato da 56ª Legislatura, que será exposto em uma das seções do artigo”, explica a doutora.

[Acesse a matéria completa no site de origem](#)

Enfrentamento à violência de gênero é tema de edital de fotografia do Observatório de Favelas - Até 15/09

Trabalhos fotográficos produzidos por mulheres (cis e transgênero) que tenham o enfrentamento à violência de gênero como pauta serão premiados no edital **Cenas DELAS**, do Observatório de Favelas. As inscrições podem ser feitas [aqui](#) até 15 de setembro de 2021. O edital vai premiar cinco fotografias, cada artista selecionada receberá uma premiação no valor de R\$ 1.000,00 (Um Mil Reais) pelo trabalho desenvolvido. As fotografias premiadas serão divulgadas no link: <https://of.org.br/cenasdelas/> junto com a minibiografia das autoras. Confira a [íntegra do edital](#).

Em sua segunda edição, Cenas DELAS é fruto de um conjunto de ações que o Observatório de Favelas, através do Programa de Direito à Vida e Segurança Pública, desenvolve com o objetivo de sensibilizar e promover estratégias de enfrentamento à violência de gênero.

A iniciativa se propõe a visibilizar produções de linguagens fotográficas que priorizam na agenda pública a sensibilização em torno do tema da violência de gênero, da letalidade feminina e da afirmação do direito à vida das mulheres, a partir da interface de marcadores sociais como gênero e sexualidade, raça, classe social e território.